

MECANISMOS DE CONTROLE DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

As transferências voluntárias oriundas de emendas parlamentares são efetuadas mediante contratos de repasse firmados com a Caixa Econômica Federal. Considerando o grande volume de contratos, foi criada, no âmbito do MAPA, uma ação específica no PPA, denominada “Fiscalização de Contratos de Repasse”. Para as transferências voluntárias por convênio, face ao alto estoque de prestações de contas a realizar, foram constituídas comissões específicas que permitiram a análise e pareceres a 1.575 processos.

Ministério da Ciência e Tecnologia

No âmbito da Secretaria de C&T para Inclusão Social - SECIS foram operacionalizados projetos mediante aporte de transferências voluntárias oriundas de Emendas Parlamentares e Recursos Ordinários do Ministério, em: Inclusão Digital; Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Social; Difusão e Popularização da Ciência; Segurança Alimentar e Nutricional; e Comunidades Tradicionais. Viabilizando uma melhor execução, foram publicadas as seguintes portarias: a) Portaria SECIS/MCT nº 8, de 16.11.2009, com as orientações e os requisitos para a apresentação, análise e seleção de projetos a serem apoiados pela SECIS, com recursos alocados no OGU, e executados mediante convênios ou instrumentos congêneres firmados a partir de 01/01/2010; e b) Portaria SECIS/MCT nº 9, de 16.11.2009, que aprova os valores máximos que poderão ser pagos, a título de hora técnica ou remuneração mensal, por serviços prestados no âmbito de projetos apoiados pela Secretaria e executados mediante convênios ou instrumentos congêneres firmados, a partir de 01/01/2010.

Estabeleceu, ainda, documentos básicos contendo as orientações necessárias para apresentação de propostas de projetos de inclusão social ao MCT, estabelecendo padrões a serem observados, amparados por

transferências voluntárias. Estes documentos orientam sobre: a) a forma de implantação dos projetos e sua sustentabilidade, baseada no envolvimento das comunidades; b) a qualificação técnica dos usuários e a implementação de cursos à distância; c) a prestação de serviços às comunidades, bem como, o compartilhamento do conhecimento e; e) a atuação em Redes Sociais, garantindo a manutenção e a continuidade dos Projetos. Os documentos abordam em suas estratégias de sustentabilidade: a) estruturação de parcerias ou vínculos institucionais com Universidades, Institutos de Pesquisa, Instituições de Ensino, Cefets/Ifets, Organizações sem Fins Lucrativos e Iniciativa Privada; b) consolidação de valores, conhecimentos, habilidades e comprometimento dos proponentes e parceiros configurando um arranjo institucional; c) viabilização da manutenção e expansão de uma rede metropolitana de inclusão social; d) estímulo a construção do conhecimento e a Inteligência Coletiva em Rede; e e) envolvimento das comunidades na Gestão dos Empreendimentos Sociais.

Outros importantes mecanismos foram: a) a implantação do Sistema de Gestão Estratégica que resultou em alterações de procedimentos, criação de novas estruturas de trabalho e sistemáticas internas, gerando ações para o seu fortalecimento institucional e conseqüente melhoria de gestão; e b) Implantação do *software* de gestão de processos e de documentos (Próton 2.0), capaz de auxiliar no aumento da transparência na execução dos recursos públicos sob responsabilidade da SECIS.

Em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP como Secretaria-Executiva opera um conjunto de cerca de 2.300 convênios ativos (com prazo de utilização de recursos vigentes) além das operações em fase de prestação final de contas, aprovando e contratando a cada ano cerca de 600 novos convênios do FNDCT. As transferências voluntárias de recursos são realizadas mediante o atendimento de condições técnicas,

jurídicas e financeiras que demonstrem o andamento do projeto segundo os objetivos, metas e produtos pactuados.

Após a liberação dos recursos, os beneficiários são obrigados a prestar contas parciais e finais. As prestações são analisadas sob duas óticas: a técnica e a financeira, isto é, são analisadas pelas Áreas Operacionais e de Área de Crédito, através do Departamento de Acompanhamento Financeiro e Prestação de Contas/DAFP. O Departamento é composto por 20 funcionários que atuam na análise de prestações de contas financeiras parciais e finais; no remanejamento financeiro e alteração de itens no projeto; etc.

As prestações de contas financeiras são compostas pelos documentos elencados no art. 28 da IN STN 01/97 e no art. 58 da Portaria Interministerial 127/08. A seguir, providências adotadas pela FINEP quanto a prestações de contas: a) quando não se apresenta apta à aprovação, o conveniente é informado, por ofício, estabelecendo um prazo máximo de 30 dias para recebimento da resposta; b) quando o conveniente não encaminha a Prestação de Contas Final, no prazo estipulado no convênio, o sistema eletrônico da FINEP gera "Aviso de Convênio sem Prestação de Contas Final"; c) o DAFP estabeleceu um subgrupo de trabalho para o gerenciamento e acompanhamento das correspondências emitidas aos convenientes.

Como parte integrante de suas atividades, o departamento estipulou como necessário à aprovação da Prestação de Contas Final e encerramento de convênio a realização de visita de fiscalização financeira (com exceção dos convênios com prazo de utilização de recursos vencido até 2004). Nas mesmas, os analistas averiguam a documentação fiscal, os processos licitatórios e a existência dos bens relacionados nas prestações de contas, fotografando-os e verificando tanto sua localização quanto a existência da plaqueta de identificação. Após cada fiscalização, é elaborado o Relatório de Visita de Acompanhamento Financeiro, o qual é

submetido à apreciação da chefia do departamento como condição para aprovação da Prestação de Contas Final e encerramento do convênio e cuja cópia é arquivada na pasta do projeto

Ministério da Cultura

No âmbito da Administração Direta do Ministério da Cultura, cabe ressaltar que, com a emissão do Decreto nº 6.835, de 29/04/09, cada Secretaria passou a ser politicamente e formalmente responsável pelas transferências voluntárias pertinentes à sua área de atuação, bem como pela aprovação de suas respectivas prestações de contas. A partir desse fato, cada Secretaria do MinC está estudando medidas que deverão ser adotadas para que as análises das prestações de contas ocorram de forma tempestiva.

Em função do referido Decreto, a Coordenação-Geral de Atendimento, Documentação e Prestação de Contas da Diretoria de Gestão Interna da Secretaria Executiva - CGAD/DGI/SE/MinC passou a ser responsável pela análise das prestações de contas apenas do estoque de processos de convênios com vigência expirada até 30/04/2009. Dentre as medidas de gestão adotadas por essa unidade para a redução do estoque de processos de prestação de contas de projetos e atividades da cultura, destaca-se a capacitação de quatorze colaboradores da equipe de apoio para proceder à análise dos processos. Em síntese, os resultados das atividades desempenhadas pela CGAD/DGI/SE/MinC no ano de 2009 são apresentados a seguir:

- Nº de convênios encaminhados para emissão de Parecer Técnico: 307
- Nº de convênios com Tomada de Contas Especial - TCE instaurada: 30
- Nº de convênios com prestação de contas aprovada: 33
- Nº de convênios diligenciados: 182
- Total de convênios analisados em 2009: 519

No que tange à Agência Nacional do Cinema (ANCINE), nos últimos anos foi estabelecida uma série de procedimentos para a análise das prestação de contas com vistas a

otimizar, padronizar e tornar transparente o processo de prestação de contas. Para alcançar tal objetivo, foram estabelecidas e cumpridas as seguintes metas:

a) fragmentação do processo em etapas a serem executadas por grupos de profissionais com diferentes qualificações e perfis;

b) compilação do documento interno "Procedimentos e Critérios da Coordenação de Prestação de Contas";

c) implantação da inspeção in loco por amostragem, após pré-análise da execução técnica e financeira do projeto, de forma a selecionar o conjunto de projetos ou gastos que sugerem a maior possibilidade de irregularidades;

d) adoção de análise facultativa das prestações de contas parciais;

e) elaboração da nova Instrução Normativa de Prestação de Contas, eliminando a multiplicidade de normas regulando a matéria, aperfeiçoando os procedimentos adequados para sua apresentação e análise;

f) publicação do Manual de Prestação de Contas – direcionado às proponentes de projetos beneficiados com recursos públicos por meio de ações de fomento direto, Fundo Setorial do Audiovisual – FSA ou dos recursos incentivados de competência da ANCINE – objetivando o nivelamento dos entendimentos do mercado sobre a matéria;

g) simplificação dos procedimentos de apresentação e análise da prestação de contas para projetos de valores até R\$ 300 mil contemplados com dotação orçamentária da ANCINE ou recursos incentivados e que não possuam outras fontes de recursos públicos; e

h) publicação de nova Instrução Normativa para aplicação da logomarca obrigatória da ANCINE nos produtos realizados com recursos públicos federais da área audiovisual e em todo material de divulgação dos mesmos.

No que se refere à Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), em 2009 sua Coordenação Financeira, unidade responsável pela recepção e análise

das mencionadas prestações de contas, aumentou o quadro de profissionais de dois para três, capacitando-os, uniformemente, na legislação e técnicas que possibilitaram uma maior agilização da conclusão dos processos.

Com vistas à redução dos processos em estoque existentes na Fundação Cultural Palmares – FCP, aquela instituição se encontra em processo de seleção de servidores efetivos para preenchimento de cargo em comissão, com a finalidade de compor uma equipe técnica interna voltada à análise de processos de prestação de contas. E, com relação as demais entidades vinculadas do sistema MinC, não se possui informação, no momento, sobre a existência de estoques problemáticos de processos de prestação de contas referentes a transferências voluntárias firmadas.

Ministério da Defesa

Programa Calha Norte – PCN

A partir de 2007, o Programa cresceu significativamente na quantidade de conveniados, sem que houvesse incremento de pessoal para fazer frente à grande demanda de processos. No passado, o Programa atendia 74 municípios. Posteriormente passou para 151. Atualmente, abrange 194 municípios em seis unidades da Federação (Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Macapá e Roraima).

Embora muitas iniciativas já tenham sido adotadas para minimizar a deficiência de pessoal qualificado na área de convênios, ainda há necessidade de aumento do número de engenheiros e técnicos da área administrativa, além de pessoal com formação jurídica, atualmente inexistente no Programa.

O efetivo atual do PCN conta com 32 servidores, dentre os quais se destaca o pessoal responsável pelo exame documental e de engenharia, composto por 6 técnicos da área administrativa e 4 engenheiros. Com isso, é possível analisar cerca de 250 processos por ano, de forma eficiente e eficaz, ao passo que existem atualmente, para serem analisados, cerca de 150 do

exercício de 2008 e mais 227 de 2009, trabalho que se espera concluir até junho de 2010. A seguir, é apresentado o quadro de transferências voluntárias, consolidado por Estado:

Em R\$ 1,00

ESTADO	Nº DE CONVÊNIOS LIBERADOS	VALOR TOTAL REPASSADO PELO MD
ACRE	22	15.072.957,89
AMAZONAS	16	7.949.859,43
AMAPÁ	5	6.620.603,24
PARÁ	2	250.000,00
RONDÔNIA	103	35.311.503,53
RORAIMA	18	31.807.521,80
TOTAL	166	97.012.445,89

Fonte: Siafi

Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – Profaa

Inicialmente, o Programa Federal de Auxílio a Aeroportos – Profaa foi previsto pelo Art. 1º, inciso II, § 2º, da Lei nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992 e instituído pela Portaria nº 1.047/GM4, de 30 de dezembro de 1992, expedida pelo, à época, Ministro da Aeronáutica.

O Art. 1º, caput, da supramencionada Portaria, estabelece que o Profaa tem como objetivos a melhoria, o reaparelhamento, a reforma e a expansão dos aeroportos e aeródromos de interesse estadual ou regional. Nesse contexto, o repasse dos recursos financeiros destinados ao referido Programa é realizado mediante a celebração de convênios com as unidades da Federação.

A execução dos convênios do Profaa no âmbito do Comando da Aeronáutica conta com a estrutura dos Comandos Aéreos Regionais (Comar), que desempenham as funções de concedentes nos instrumentos firmados. A transferência de recursos aos estados convenientes é realizada pela Administração dos Comares, que conta com estruturas aptas para o desempenho dessa atividade.

A fiscalização da execução dos objetos conveniados é realizada pelos Serviços Regionais de Engenharia (Sereng), pertencentes à estrutura dos Comares. A análise das prestações de contas apresentadas pelos convenientes é

realizada pelos Serviços Regionais de Economia e Finanças (Seref), também pertencentes à estrutura dos Comares.

As propostas de novos convênios do Profaa foram aprovadas em conformidade com a Portaria Normativa nº 1.571/MD, de 3 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 232, de 4 de dezembro de 2009. O objetivo desses acordos é promover a melhoria, o reaparelhamento, bem como a expansão de aeroportos e aeródromos de interesse estadual ou regional. O quadro abaixo mostra os estados contemplados com os recursos desse Programa:

Em R\$ 1,00

ESTADO	VALOR EMPENHADO
AMAZONAS	82.682,63
BAHIA	5.997.464,98
CEARÁ	3.891.850,64
GOIÁS	4.662.942,83
MATO GROSSO	2.088.784,24
MATO GROSSO DO SUL	7.682.840,88
MINAS GERAIS	3.311.550,17
PARÁ	11.753.271,88
PARANÁ	131.254,10
PIAUÍ	2.278.757,45
RIO DE JANEIRO	8.611.667,00
RIO GRANDE DO SUL	495.735,46
RORAIMA	6.976.034,86
SANTA CATARINA	3.278.634,53
SÃO PAULO	2.037.153,27

Fonte: Comando da Aeronáutica

Ministério da Educação

No que se refere às informações sobre os mecanismos de controle das transferências voluntárias, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destaca o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) que é o sistema contábil do Governo Federal que tem por finalidade realizar todo o processamento, controle e execução financeira, patrimonial e contábil. E, é por meio do SIAFI, que são controladas as transferências voluntárias efetivadas pelo FNDE às diversas entidades conveniadas.

A partir da emissão de Ordem Bancária (OB), que tem por finalidade efetuar o pagamento de um credor, o SIAFI, por meio de evento contábil automático,

realiza o lançamento do valor da OB na conta contábil “A Comprovar”, gerando a obrigação do conveniente de prestar contas ao concedente. Quando a prestação de contas entra no FNDE, essa ação é registrada no SIAFI na conta contábil “A Aprovar”. Após análise, se aprovadas as contas do conveniente, o saldo é transferido para a conta “Aprovado” e o convênio é concluído. Já os valores não aprovados são lançados em inadimplência efetiva, ensejando a instauração de tomada de contas especial (TCE) ou, nos casos dos débitos inferiores ao valor mínimo para instauração, fixado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a medida administrativa está definida na normatização correspondente.

São por meio dessas contas contábeis que o Ministério da Educação, por meio do FNDE, promove a execução e controle da prestação de contas das transferências voluntárias promovidas pela Autarquia, inclusive de TCE daqueles que, em decorrência da execução dos recursos transferidos, causam prejuízo ao erário.

Alternativamente, esta Autarquia trabalha no desenvolvimento de um novo sistema informatizado de controle dos procedimentos relativos à prestação de contas e tomada de contas especial - o Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento de Prestação de Contas (SIGAP) - que entrou em funcionamento, em caráter experimental, em 19 de junho de 2009. Este Sistema, quando concluído, proporcionará a promoção da agilidade e da conformidade aos procedimentos aplicáveis à matéria, com tecnologia para recepcionar prestação de contas via rede mundial de computadores.

Quanto à capacidade técnica, a Autarquia disponibilizou 52 servidores para as áreas de recebimento de prestação de contas, análise de prestação de contas e instauração de TCE, nas quais há cerca de vinte mil processos a serem analisados.

Ministério da Integração Nacional

A participação dos convênios pendentes de análise técnica e financeira (passivo) diminuiu de 84,1% para 36,3%

do total de convênios celebrados pelo Ministério no período 2003 a 2009. A capacidade de análise técnico-financeira do passivo é função de três variáveis: quantitativo de pessoal, número de diligências dos Órgãos de Controle da União e experiência profissional no assunto. Mantido o quadro atual de 21 servidores, o passivo constante do Cadastro de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI (2.667) pendentes de respostas seria analisado em prazo não inferior a seis anos. Além deste passivo há que se levar em consideração os convênios cadastrados e celebrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, pendentes de análise.

O Ministério ainda acompanha e atende as diligências dos Órgãos de Controle - atividade esta que concorre com a análise de prestações de contas. Neste sentido o MI vem procurando repor ainda que parcialmente, sua força de trabalho de forma a suportar todas estas demandas.

SITUAÇÃO DOS PROCESSOS DE CONVÊNIOS	Nº
A APROVAR - pendente de análise financeira	1.992
A COMPROVAR - pendente de apresentação da Prestação de Contas Final cujo prazo encontra-se expirado	235
INADIMPLÊNCIA EFETIVA Irregularidade na execução física e/ou financeira	141
INADIMPLÊNCIA SUSPensa por determinação judicial (motivo 306)	299
TOTAL	2.667

Fonte: Relatório Gerencial do SIAFI de 25.11.2009

Ministério da Justiça

TIPO	A COMPROVAR	A APROVAR
Entrada de Recursos (1.9.9.6.1.00.00)	6	19
Saída de Recursos (1.9.9.6.2.00.00)	1.218	893
Convênios firmados pelo Portal / Siconv (1.9.9.6.2.24.00)	69	-
Contrato de Repasse Firmado (1.9.9.7.2.14.00)	83	-
Termo de Parceria (1.9.9.7.2.16.00)	22	2
Acordo de Cooperação Técnica (1.9.9.7.2.17.00)	5	-
Transferência de Recursos para Organismos Internacionais	12	-

(1.9.9.7.2.21.00)		
TOTAL	1.415	914

Fonte: Siafi

Ministério da Saúde

No Ministério da Saúde os mecanismos de controle das transferências por meio de convênios e instrumentos congêneres, são realizados pelas áreas técnicas responsáveis por gerenciar os programas vinculados à saúde, que emitem posicionamento técnico, com relação ao mérito.

As propostas de projeto com posicionamento favorável são submetidas à análise de viabilidade técnica e econômica. Essa etapa consiste na avaliação dos custos com base nas especificações técnicas apresentadas.

Cumprida a etapa de análise e formalização, passa-se à celebração e publicação do convênio, sob a responsabilidade do Fundo Nacional de Saúde (FNS), que se encarrega de colher as assinaturas dos signatários e encaminhar para publicação.

Efetuados os procedimentos legais anteriores ao pagamento da 1ª parcela, o FNS, como gestor dos recursos do SUS na esfera federal promove o encaminhamento do processo relativo ao convênio aos Núcleos Estaduais do MS localizados nos Estados da Federação. Para a realização do acompanhamento da execução física e financeira e a análise das respectivas prestações de contas.

O acompanhamento dos convênios tem como finalidade principal apoiar os gestores na busca da boa execução destes, com adequado cumprimento de seu objeto e o alcance do objetivo, avaliando a execução física e financeira, em conformidade com o legalmente estabelecido.

Da mesma forma, o processo relacionado à análise das prestações de contas está pautado nos documentos exigíveis na forma legal. A análise da prestação de contas é norteadada, além dos normativos correspondentes, pelos elementos constantes no Plano de

Trabalho Aprovado e Termo de Convênio assinado.

O desenvolvimento dessa atribuição legal do FNS está distribuído em duas frentes distintas: realização de visitas *in loco* para acompanhar a execução dos convênios; e análise das prestações de contas.

O encaminhamento das ações de acompanhamento de convênios pelo FNS, está pautado na missão de orientar, controlar e acompanhar a execução dos recursos transferidos pelo Ministério da Saúde, a título de cooperação financeira, aos órgãos federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante convênio, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

O processo de acompanhamento tem como finalidade a avaliação da execução físico-financeira dos convênios e instrumentos similares, verificando sua eficácia, eficiência e efetividade, para a correta aplicação dos recursos federais repassados. Caracteriza-se pelo conjunto de ações de controle, supervisão e orientações, mediante verificação *in loco* e análise de dados e informações.

No decorrer de 2009, a atividade de acompanhamento utilizou uma metodologia envolvendo duas formas de atuação: o acompanhamento concomitante, realizado dentro da vigência do convênio para verificar se as execuções das ações ocorreram de acordo com o programado e repassar orientações técnicas aos convenientes; e o acompanhamento subsequente, realizado após o término da vigência do convênio. Este acompanhamento tem como objetivo verificar: as condições operacionais em que foram executadas as ações; o cumprimento do objeto do convênio; o alcance dos objetivos; e a obediência à legislação.

O procedimento de controle utilizado é a visita *in loco*, na qual as equipes vão até o local onde o convênio está sendo executado. Nessa oportunidade, é feito um levantamento, prestando-se orientações técnicas e legais às entidades convenientes, a fim de que o convênio seja executado conforme

previsto.

O objetivo na realização desse tipo de trabalho é o estabelecimento de uma linha de comunicação eficiente entre o Ministério e os convenentes, fornecendo orientação técnica e corrigindo desvios, para que os objetivos estabelecidos sejam alcançados.

As informações de acompanhamento, obtidas por meio de visitas de verificação *in loco*, e registradas em Relatórios focam desvios, inoperâncias e inadequações na execução dos convênios, resultando em encaminhamentos de Recomendações e

retornos de justificativas, esclarecimentos, explicações, fundamentações para as devidas correções.

A intensificação do controle do atendimento das recomendações feitas aos convenentes e o retorno decorrente desta estratégia têm demonstrado a importância do trabalho desenvolvido e a necessidade do seu aprofundamento.

Para o exercício de 2009, foram programados 3.415 acompanhamentos de convênios em todo o território nacional, com distribuição de execução de acordo com a tabela a seguir.

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS - 2009

	Quantidade de servidores que fazem acompanhamentos	Quantidade de equipes com 2 servidores	Meta 2009**
TOTAL BRASIL	198	95	3415

Obs: A META 2009 foi levantada multiplicando-se a quantidade de equipes com 2 servidores por 4 convênios a serem acompanhados por mês; baseando-se ainda em situações específicas de cada UF, tais como dificuldades na locomoção das equipes técnicas decorrentes da localização regional.

Os dados consolidados até 18/01/2010 confirmam que foram realizadas 3.451 visitas de verificação *in loco*, tendo sido alcançados 101,05% da programação estabelecida, até a presente data, conforme tabela a seguir.

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTOS - PREVISTOS X REALIZADOS -01/01/2009 A 31/12/2009
DADOS CONSOLIDADOS EM: 18/01/2010

	Meta 2009	Acompanhamentos				Saldo a realizar	%
		Em acomp (1)	Realizados (2)	Acatados (3)	Total		
BRASIL	3.415	41	59	3.351	3.451	-36	101%

Legenda

(1) Visitas *in loco* sendo realizadas ou relatórios em elaboração.

(2) Relatórios concluídos e em revisão.

(3) Relatórios concluídos e acatados pela CAAV.

Observação: Por se tratarem de convênios não cadastrados no GESCON, do total de 3.351 relatórios acatados, 86 foram elaborados no Word: (1 de AL, 3 do AM, 8 do CE, 13 do DF, 1 do ES, 2 do GO, 12 do MA, 5 de MG, 1 do MS, 11 do MT, 4 do PA, 1 de PE, 1 do PR, 9 do RJ, 2 do RN, 2 de RO, 8 do RS e 2 de SC).

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Preliminarmente, vale a pena destacar as estruturas organizacionais do MDA como: Unidades Técnicas que desempenham tarefas essenciais para elaboração de pareceres indispensáveis à análise de prestação de contas, Unidades Técnicas que elaboram pareceres indispensáveis à análise de prestação de contas e Unidade Contábil e Financeira que realiza a análise de prestação de contas.

Nesse sentido, o MDA, de acordo com a sua estrutura regimental, constituída pelo Decreto nº 6.813/2009 e pela Portaria nº 19/2009, que aprovou os Regimentos Internos de suas respectivas Unidades, tem dentre sua estrutura organizacional, áreas técnicas diretamente responsáveis pela execução do objeto de convênio, sendo: a Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, a Secretaria de Reordenamento Agrário - SRA, a Secretaria de Agricultura Familiar - SAF, o Secretário Extraordinário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal da Secretaria-Executiva, a

Assessoria Técnica do Gabinete do Ministro - ASTEC e o Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos - DOAMC.

Essas áreas elaboram pareceres indispensáveis à análise de prestação de contas, são unidades finalísticas, e realizam o acompanhamento físico dos convênios.

As Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário - DFDA, unidades descentralizadas que, em relação ao objeto em questão, tão somente subsidiam as áreas técnicas finalísticas do MDA, portanto, são áreas que desempenham tarefas essenciais para a elaboração de pareceres. Por fim, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, estrutura subordinada à Secretaria Executiva, é a área que realiza, de forma centralizada a análise da prestação de contas contábil e financeira de todo o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Vale salientar duas medidas relacionadas ao monitoramento dos

convênios que estão em desenvolvimento, o monitoramento *in loco* e o monitoramento *on line* de todos os projetos acompanhados.

O primeiro tem representado uma estratégia importante de relacionamento com os parceiros, sejam organizações governamentais ou não governamentais, centradas na correção de problemas e aproximação institucional. Isso têm permitido a solução de inúmeros problemas referentes ao desenvolvimentos dos projetos, contribuindo, decisivamente, na conclusão em menor espaço de tempo dos objetos pactuados.

Quanto ao monitoramento *on line*, partiu-se da premissa que as entidades devem informar frequentemente o desenvolvimento das atividades programadas nos projetos, em uma ferramenta simples e prática, de fácil preenchimento e que produzisse, como produto indireto, um banco de dados para o MDA, contendo a descrição das metas e atividades, bem como dos locais de sua realização, os beneficiários por categoria social e relação nominal de cada participante das atividades apoiadas. Assim, desde 2007, os projetos incentivados estão seguindo estas dinâmicas de monitoramento, possibilitando ao MDA o acompanhamento de suas execuções e o atendimento às orientações determinadas pelo TCU.

Ainda em termos de opção estratégica com vistas ao monitoramento dos projetos apoiados pelo Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PTDRS e seus projetos territoriais, há a participação ativa dos Colegiados Territoriais, dos conselhos estaduais de desenvolvimento rural sustentável e de organizações representativas dos Agricultores Familiares, neste processo de monitoramento, formando um controle social, principalmente por serem atores diretamente interessados nos resultados a alcançados.

Assim, o MDA tem procurado subsidiar os colegiados territoriais para elaboração de bons projetos e tem qualificado melhor tais projetos a partir das análises técnicas, no

âmbito dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, das Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário e, finalmente, da equipe técnica da Secretaria.

O MDA, visando aprimorar os mecanismos de controle das transferências voluntárias, bem como a fim de disciplinar os mecanismos e instrumentos gerenciais envolvidos no processo de prestação de contas, editou a Portaria nº 54/2009, e editou também a Orientação Normativa nº 01/MDA/2009, publicada no Boletim de Serviço nº 65/2009, objetivando dar maior eficiência e eficácia à análise dos procedimentos administrativos relativos a convênios, contratos de repasse e demais ajustes.

Sobre o mesmo assunto, cabe uma ressalva importante, haja vista que o MDA realizou seu primeiro concurso público para provimento de vagas em caráter efetivo em 2009. Foram oferecidas, conforme o Edital 01/2008/2008, 202 oportunidades, sendo nove para pessoas portadoras de necessidades especiais.

O concurso foi homologado no dia 18 de junho de 2009. A primeira Portaria de nomeação foi publicada no DOU em 22 de outubro de 2009 e a segunda em 18 de dezembro de 2009.

Os primeiros servidores tomaram posse e entraram em exercício entre o final do mês de outubro de 2009 e início de dezembro de 2009, sendo assim já estão lotados tanto nas áreas técnicas quanto na área contábil e financeira.

Com relação aos mecanismos de controle das transferências voluntárias, referentes ao Incra, tais procedimentos são procedidos de forma descentralizadas às Diretorias do Incra/Sede e para as 30 Superintendências Regionais - SRs, cujo acompanhamento da execução físico-financeira fica a cargo das mesmas.

Sobre esse tema, o Incra possui diversos manuais operacionais de programas como o Terra-Sol: que estabelece critérios e procedimentos referentes à implantação de Projetos

da Ação de Fomento à Agroindustrialização, a Comercialização e as Atividades Pluriativas Solidárias; Pronera: tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados; Quilombolas: regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, programas estes disponíveis no sítio www.incra.gov.br.

A respeito dos registros contábeis relativos às transferências de recursos, a Coordenação-Geral de Contabilidade, por meio da Divisão de Acompanhamento e Controle de Convênios – DAC. 3, mantém junto ao Siafi e Siafi-Gerencial o monitoramento e controle desses registros em suas diversas situações e fases que demandam a gestão de convênios tanto em nível do Incra/Sede quanto nas Superintendências Regionais.

A análise das prestações de contas relativamente aos convênios celebrados no âmbito do Incra/Sede, segundo estabelece o art. 47, inciso I, do Regimento Interno é feita pela Divisão de Prestação de Contas – DAC, vinculada a Coordenação – Geral de Contabilidade. De outro lado, as prestações de contas decorrentes de convênios celebrados pelas SRs, conforme dispõe o art. 114, inciso I, letra “b” do Regimento Interno do Incra, são analisadas pelos serviços de contabilidade da própria SR.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

O volume atual do estoque é de 45 (quarenta e cinco) convênios, que aguardam a análise financeira, portanto, na situação “a aprovar”.

A capacidade que o órgão tem para zerar este estoque é de apenas 2 (dois) servidores, fato este que será sanado pelo ingresso de novos servidores, ainda em 2010, aprovados no último concurso do MDIC, em substituição dos empregados terceirizados.

Ministério do Meio Ambiente

O MMA vem realizando gestões com a finalidade de aprimorar os mecanismos de controle de suas transferências voluntárias. Nesse intuito foi criado Grupo de Trabalho, no exercício de 2009, para fazer um levantamento do número de convênios encaminhados para Tomada de Conta Especial (TCE), bem como aqueles que não foram aprovados pelas Unidades Gestoras e os já encerrados.

Concomitante ao levantamento de convênios pendentes de prestação de contas, verificaram-se as dificuldades apontadas para análise das prestações de contas e os problemas recorrentes que postergam a conclusão das prestações por parte do MMA. O GT, ao final do trabalho, apresentou recomendações que buscam reduzir, ao máximo, o número de convênios pendentes de conclusão de prestação de contas, conforme a seguir:

- a. Ampliação do número de servidores para acompanhamento técnico e financeiro dos convênios celebrados;
- b. Desenvolvimento de cursos de capacitação para análises financeiras e vistorias *in loco* dos agentes públicos que acompanham e analisam tecnicamente os resultados previstos nos Planos de Trabalho dos convênios;
- c. Inclusão das peças financeiras da prestação de contas nas análises técnicas, sempre que possível;
- d. Padronização, pela Consultoria Jurídica (CONJUR/MMA) juntamente com as Consultorias Jurídicas dos demais Ministérios, quanto ao pagamento de contribuições (INSS Patronal) devidos no contexto dos convênios;
- e. Divulgação imediata de novo regramento nas Secretarias e não apenas na ocasião de provocação/consulta sobre os convênios. Estabelecimento, pela Setorial de Contabilidade/SPOA, pelo Controle Interno (ASCI) e pela Consultoria Jurídica de rotina de atualização das Unidades Gestoras quanto à alteração do regramento que rege a celebração de convênios e de

prestação de contas, assim como propor e elaborar, na ótica dessas entidades, Manual do MMA de Procedimentos Necessários para Transferências Voluntárias;

f. Uniformização de entendimento sobre a quantificação do valor do dano, entre as Unidades Gestoras e a Setorial de Controle;

g. Acompanhamento dos convênios celebrados desde a sua concepção até a prestação de contas;

h. Identificação, formalizada por meio de portaria, dos agentes públicos responsáveis para acompanhamento dos convênios em cada Unidade Gestora; e

i. Capacitação sobre instrução de processo de Tomada de Contas Especial aos designados para acompanhamento dos Convênios.

j. Reunião das Unidades Gestoras, em sistema de colegiado, para aprovação ou reprovação das prestações de contas, realização de vistorias *in loco* e instrução dos autos, em especial para envio à Setorial de Contabilidade;

l. Arquivamento dos processos, pelas Unidades Gestoras, que não tenham os impedimentos descritos no Art. 3º da Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 24/2008, e que tenham instrumentos de transferência de recursos, cumulativamente, com: i) prazo de vigência encerrado até 25 de julho de 2002; ii) valor registrado de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e iii) prestação de contas ou instrumento congênere apresentado até 31 de julho de 2007; e

m. Constituição de forças-tarefas pelas Unidades Gestoras que tenham instrumentos de transferência de recursos com prazo de vigência vencido até a data de publicação da Portaria Interministerial MP/MF/MCT Nº 24, de 19 de fevereiro de 2008, e que não foram objeto de arquivamento. As forças-tarefas deverão ser constituídas em função do número de convênios pendentes, sem prejuízo das demais atribuições. Os trabalhos

deverão ser concluídos até fevereiro de 2010.

A partir dessas recomendações, o MMA deverá publicar Instrução Normativa estabelecendo orientação interna aos seus gestores públicos sobre análise de prestação de contas dos convênios celebrados; elaborar manual de procedimentos a serem adotados em caso de transferências voluntárias; publicar portarias formalizando os agentes públicos responsáveis para acompanhamento dos convênios em cada Unidade Gestora; e inserir nos cursos de formação dos seus servidores matéria sobre tomada de contas especial, celebração de convênios, análise de prestação de contas, etc.

Isso posto, entende-se que o Ministério do Meio Ambiente encontra-se, no momento, em processo de revisão e ampliação da capacidade dos órgãos responsáveis pelo repasse de recursos de forma a melhorar o acompanhamento dos convênios.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Os controles sobre a execução dos convênios, no âmbito do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX), são efetivados por meio dos seguintes instrumentos:

1) Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV): para os convênios assinados a partir de 2009. A Direção Nacional do Programa de responsabilidade da Secretaria de Gestão/SEGES participa do processo, desde a assinatura até a análise das prestações de contas.

2) Prestações de contas parciais e finais: remetidas pelos convenientes, analisadas pela Direção Nacional quanto às metas físicas e, pelo MP/SPOA, quanto aos aspectos financeiros. As comparações, para efeito de cumprimento de metas, são efetuadas com base nos Projetos e Planos Operacionais Anuais, previamente aprovados pela Direção Nacional e inseridos, em parte, no Sistema de Gestão de Projetos (SGP).

3) Relatórios Trimestrais de Execução: analisados pela Direção Nacional, além de atualizarem as informações sobre a execução dos convênios, servem também de subsídio às análises das prestações de contas.

4) Visitas técnicas aos Tribunais de Contas, convenientes no âmbito do PROMOEX, para orientação e verificação da execução do convênio, no tocante aos aspectos de procedimentos de licitação, aplicação dos recursos, organização de processos e arquivamento de documentos. Tais visitas foram realizadas somente pelos servidores da Direção Nacional, posto que se deram mais em função de orientações para agilização da execução. Para 2010, serão programadas visitas *in loco* para as verificações quanto ao cumprimento das normas pertinentes, inclusive sob os aspectos de manutenção dos bens adquiridos, da documentação comprobatória relacionada aos gastos apresentados nas contas parciais e da legalidade dos

procedimentos licitatórios e de execução orçamentária e financeira.

Para a realização dos citados controles, o Programa conta com oito servidores.

No Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE), para o acompanhamento da execução financeira do Programa, foi assinado o Contrato Administrativo nº 60/2008, com a Caixa Econômica Federal (CAIXA), que prevê que a CAIXA atuará como mandatária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), tendo como atribuições o repasse aos Estados dos recursos recebido do MP, análise e aprovação das prestações de contas dos Estados.

Além disto, a CAIXA é responsável por preparar as Justificativas de Gastos que o MP encaminha ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Semestralmente, a CAIXA envia um relatório à Direção Nacional do PNAGE, discriminando todos os pagamentos efetuados pelos Estados aos fornecedores.

O controle e acompanhamento dos repasses e prestações de contas são feitos de forma cruzada entre a CAIXA e a Direção Nacional. De forma subsidiária, os dados dos Relatórios Semestrais de Progresso, enviados pelos Estados, são cruzados com as informações disponibilizadas pela CAIXA.

O acompanhamento físico das ações do PNAGE é feito pela SEGES a partir dos Relatórios Semestrais de Progresso, de visitas técnicas feitas aos Estados e de reuniões trimestrais, onde todos os Estados participam juntamente com a Direção Nacional.

No âmbito do Programa Inclusão Digital, são efetivados no Programa Computadores para Inclusão – Centro de Recondicionamento de Computadores, os seguintes instrumentos:

1) SICONV: para os convênios assinados a partir de 2009. São de responsabilidade do Ministério do Planejamento a escolha da instituição

conveniente e o acompanhamento técnico, desde a assinatura até a análise das prestações de contas.

2) Prestações de contas parciais e finais – são remetidas pelos convenientes e analisadas pelo MP, quanto às metas físicas e aspectos financeiros.

3) Visitas técnicas aos Convenientes, para orientação e verificação da execução do convênio, no tocante aos aspectos de procedimentos de licitação, aplicação dos recursos, organização de processos e arquivamento de documentos. Por falta de estrutura adequada, foram realizadas vistorias em apenas 05 (cinco) Convênios no exercício de 2009. Estão previstas vistorias a todos os Convênios do Programa Computadores para Inclusão, no exercício de 2010, ocasião em que será procedido o acompanhamento financeiro, com orientações quanto à adequada execução dos projetos.

Ministério do Trabalho e Emprego

A grande maioria dos convênios acompanhados pelo Departamento refere-se àqueles para a execução das ações do Sistema Nacional de Emprego, os chamados Convênios Plurianuais Únicos – CPU.

O acompanhamento da execução física, responsabilidade do Departamento de Emprego e Salário – DES, se dá, principalmente, por meio do Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – Sigae. Ele permite a operacionalização ágil e coordenada da intermediação de mão-de-obra, da habilitação ao seguro-desemprego e da qualificação social e profissional, e ainda propicia informações gerenciais sobre a execução física aos gestores na ponta e na esfera federal.

Em sua nova versão, com implantação prevista para 2010, o Sigae passará a contar com módulo de acompanhamento da execução financeira. Ainda, existe um sistema em Access, o Infoger, que agrega as informações básicas de desempenho daqueles postos de atendimento do Sine não-informatizados com o Sigae.

Para acompanhamento da atualização da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, existe um sistema de convalidação de famílias ocupacionais, mediante o qual é verificada a execução física dos convênios anualmente firmados.

Para além desses, são firmados convênios pontuais relacionados à supervisão e coordenação do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED e a avaliações de programas – caso de

convênio atualmente em vigor para a avaliação dos Programas de Geração de Emprego e Renda – Proger, para cujo controle não há sistemas informatizados específicos. Nesses casos, o acompanhamento se dá a partir do envio de relatórios parciais, visitas técnicas, telefonemas e *e-mail*.

O volume de convênios e as equipes envolvidas no acompanhamento e avaliação de contas no DES constam do quadro a seguir.

CONVÊNIOS NO DES/SPPE

ÁREA	EQUIPE DE PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO	EQUIPE DE AVALIAÇÃO DE CONTAS	CONVÊNIOS EM VIGOR	PRESTAÇÕES DE CONTAS EM ANÁLISE
Convênios Plurianuais Únicos – execução física – dimensão de intermediação de mão-de-obra e rede de atendimento	14 pessoas, dedicação integral	3 pessoas, dedicação integral	80	204
Convênios Plurianuais Únicos – execução física – dimensão de habilitação ao seguro-desemprego	3 pessoas, dedicação parcial	3 pessoas, dedicação parcial	80	206
Atualização da CBO – execução física	3 pessoas, dedicação parcial	3 pessoas, dedicação parcial	1	0
Supervisão e Coordenação do Sistema PED – execução física	1 pessoa, dedicação parcial	1 pessoa, dedicação parcial	1	1
Avaliação do Proger – execução física	1 pessoa, dedicação parcial	1 pessoa, dedicação parcial	1	0

Fonte: DES/SPPE

As ações de supervisão e controle são realizadas diretamente por equipe técnica do DEQ/SPPE/MTE, com apoio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Os resultados das ações dessas supervisões são consolidados em relatórios de supervisão, encaminhados para conhecimento e providências para as entidades conveniadas, para as SRTes e para as Comissões Estaduais ou Municipais de Emprego.

Em 2009, foram realizadas 80 visitas de supervisão. No âmbito do monitoramento e supervisão, o MTE acompanha o cumprimento da meta dos convênios e o cumprimento de diretrizes e normativos pertinentes ao programa de qualificação. As ações de supervisão local contam com o apoio das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego.

Como aprimoramento às ações de acompanhamento e supervisão dos convênios firmados para a qualificação profissional, o DEQ/SPPE consolidou uma equipe única de supervisão, composta por 11 servidores e um colaborador, que devidamente munidos de informações e de ferramentas, tal como o sistema de gestão das ações de emprego, monitoram e supervisionam a realização e o resultado dos cursos.

O Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE – consiste em ferramenta essencial para a realização da supervisão e monitoramento das ações de qualificação, isso porque acompanha todas as fases de execução dos convênios, desde o Plano de Trabalho até o subsídio a prestação de contas do convênio.

Ressalte-se que esse sistema encontra-se em momento de redefinição, em acordo ao TAC – Ref. P.A.

1.16.000.002429/2006-10, firmados entre o MTE e as empresas prestadoras de serviços de tecnologia, de forma a contemplar etapas essenciais ao controle dos convênios.

Quanto às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego – SRTEs ou respectivas Gerências, dentro das atribuições que lhe cabem institucionalmente, sem sobreposição com as atribuições de outros órgãos públicos de controle, acompanham e monitoram as ações do PNQ realizadas no âmbito das respectivas unidades da federação.

As SRTE, a partir da Resolução nº 575/08 CODEFAT passaram a ter autonomia para a realização das ações de supervisão e monitoramento das ações previstas no PNQ, mas são orientadas pela sede do MTE quanto aos cronogramas e procedimentos adequados.

Quanto às prestações de contas, são analisadas por duas equipes:

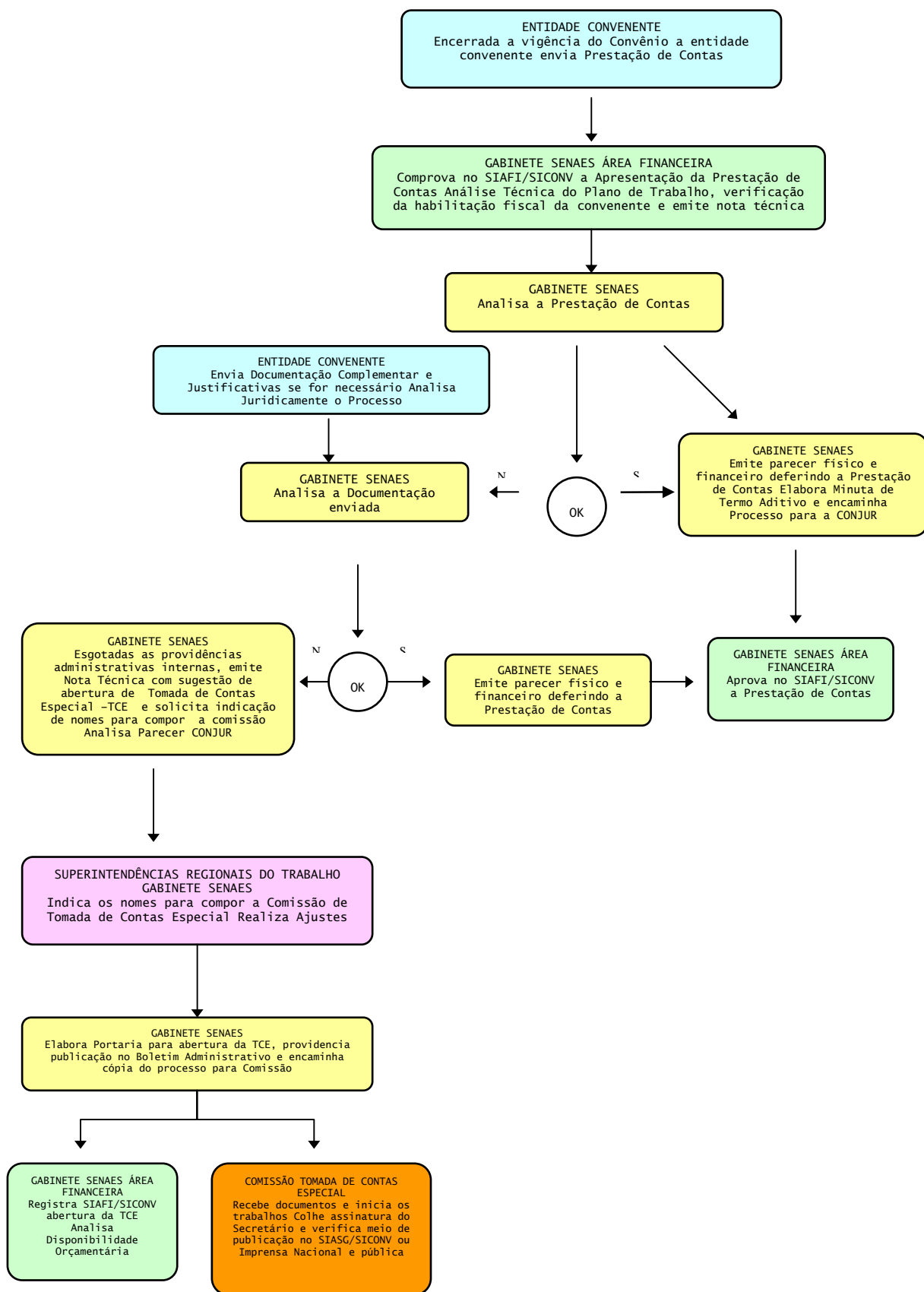
1) A equipe que faz o acompanhamento/supervisão técnica,

também é responsável pela análise técnica da execução física, formada por 10 servidores lotados no Departamento de Qualificação.

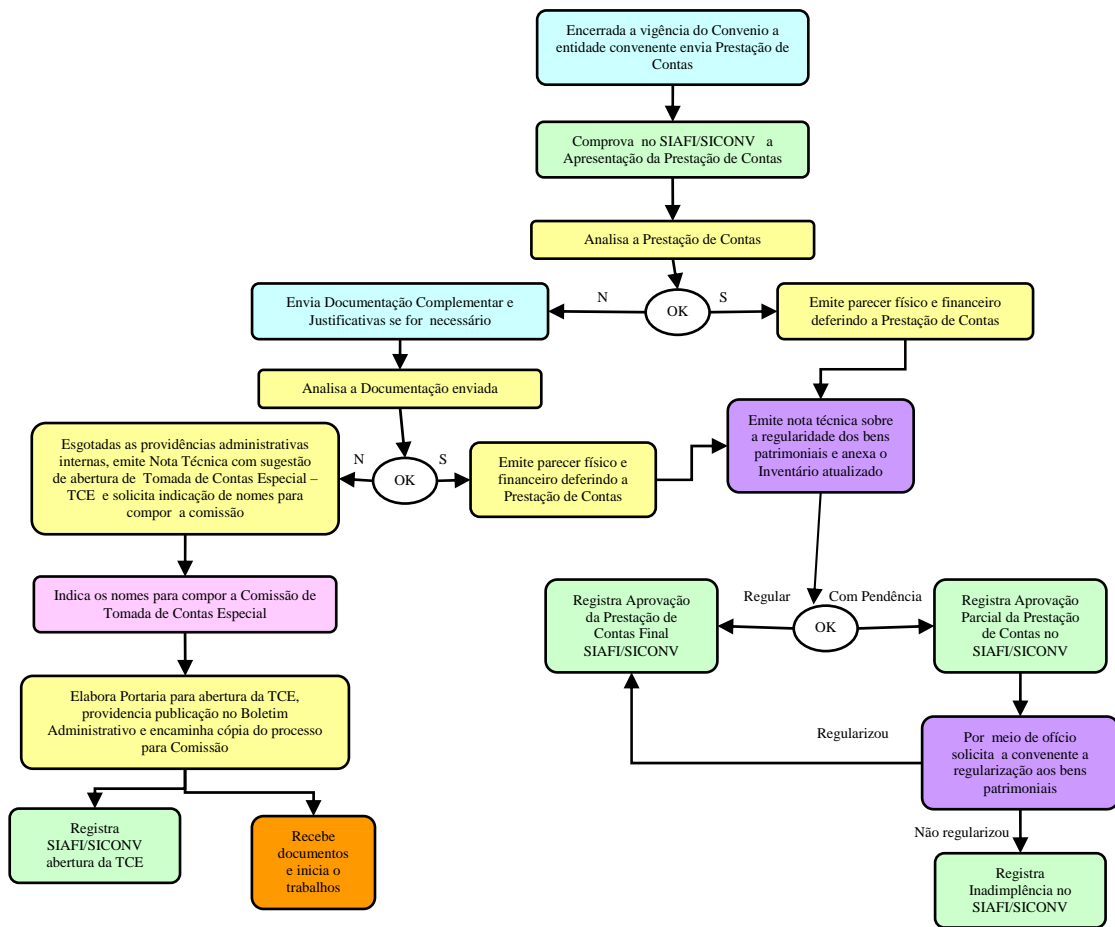
2) A análise da execução financeira é de responsabilidade de 10 servidores lotados na Coordenação Geral de Contratos e Convênios.

A análise técnica/financeiro é efetuada sobre os documentos apresentados pelas convenientes, em consonância ao disposto no art. 28 da IN/STN Nº 01/97, comparando às informações contidas no Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, observando o proposto no Plano de Trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária. A análise da prestação de contas é feita de forma centralizada. Abaixo, segue um mapa das unidades organizacionais envolvidas na análise das prestações de contas, tanto na área técnica como na área contábil e financeira, destacando seus nomes, siglas e vinculação institucional.

PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PARCERIAS COM RECURSOS DE CUSTEIO



PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA PARCERIAS COM RECURSOS DE INVESTIMENTO



GABINETE SENAES
ÁREA FINANCEIRA

GABINETE
SENAES

ENTIDADE
CONVENIENTE

COMISSÃO DE
PATRIMONIO

SUPERINTENDÊNCIAS
REGIONAIS DO TRABALHO

COMISSÃO DE TOMADA DE
CONTAS ESPECIAL

Estrutura de Pessoal da SENAES

	alocaç ão integr al	alocação parcial	% tempo médio
Servidores estáveis	-	-	
Servidores não estáveis	1	4	
Comissionados	1	4	18%
A	1		100%
B		2	25%
C		2	10%
Terceirizados	-	-	0%
Contratos Temporários	-	-	0%
Estagiários	-	-	0%
Total de servidores	1	4	

Ministério dos Transportes

Visando garantir o efetivo controle sobre as transferências de recursos referentes aos convênios firmados pela VALEC, em agosto de 2009, a Diretoria Executiva daquela empresa publicou resolução normatizando a gestão desses instrumentos.

Em paralelo, foi instituído um grupo de trabalho para efetuar os devidos registros pertinentes a convênios e contratos de repasse no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv. Por último, foi iniciado um programa de treinamento específico oferecido pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Quanto ao DNIT, os convênios e instrumentos congêneres são ainda cadastrados nos Sistemas Siafi/Siasg e controlados, em cada área, por planilhas setoriais não integradas, impossibilitando o acompanhamento gerencial das atividades inerentes aos processos que envolvem repasses voluntários de recursos. Além disso, verifica-se a impossibilidade da migração dos dados dos sistemas Siafi/Siasg para o Siconv.

Diante da necessidade de sistematização e uniformização dos procedimentos relativos à gestão de convênios, o DNIT decidiu definir metodologia e ferramenta que viabilize o efetivo controle das transferências voluntárias.

Para esta finalidade contratou o Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro para desenvolver e implantar soluções de Tecnologia da Informação - TI que integrem o Siconv com os sistemas de informação do DNIT.

Ministério das Cidades

Inicialmente, faz-se importante prestar informações resumidas sobre a rotina para seleção, contratação e execução dos Programas e Ações sob responsabilidade do Ministério das Cidades. Segue abaixo a rotina da sistemática adotada.

1º passo: PROPONENTES enviam pleitos ao MCIDADES;

2º passo: Seleção dos projetos

Transferências obrigatórias (Programa de Aceleração do Crescimento - PAC)

PAC : seleção dos projetos pelo MCIDADES e pelo Comitê Gestor do PAC - CGPAC

PAC/FNHIS : os proponentes devem participar de seleção pública, por intermédio de envio de Consulta-prévia no *site* do MCIDADES, em cumprimento à Resolução do Conselho Gestor do Fundo. Secretarias finalísticas do MCIDADES fazem a análise técnica e submetem à Secretaria-Executiva, Ministro das Cidades e CGPAC para homologação dos selecionados;

Transferências voluntárias

Emenda Parlamentar : Secretaria de Relações Institucionais - SRI/PR autoriza empenho (limite orçamentário) e o Parlamentar envia ofício ao MCIDADES informando o ente federado beneficiado;

Recursos livres do Ministério : os proponentes devem participar de seleção pública, por intermédio de envio de Consulta-Prévia no *site* do MCIDADES. Secretarias finalísticas do MCIDADES fazem a análise técnica e submetem à Secretaria-Executiva e ao Ministro das Cidades para homologação dos selecionados;

3º passo: MCIDADES envia à CAIXA a relação dos proponentes selecionados;

4º passo: CAIXA solicita aos PROPONENTES selecionados a documentação exigida;

5º passo: PROPONENTE apresenta à CAIXA a documentação, conforme manual da sistemática;

6º passo: CAIXA faz a análise técnica e verifica a documentação exigida;

7º passo: PROPONENTE assina o Contrato de Repasse;

8º passo: CAIXA encaminha ao MCIDADES a Síntese do Projeto Aprovado - SPA;

9º passo: MCIDADES analisa a SPA;

10º passo: MCIDADES aprova a SPA e comunica à CAIXA a possibilidade de autorizar o início de obra;

11º passo: CAIXA aguarda a conclusão do processo licitatório pelo CONTRATADO. Concluída a licitação, a CAIXA aprova a documentação e autoriza o início das obras;

12º passo: CAIXA solicita ao MCIDADES a descentralização, sob bloqueio, das parcelas;

13º passo: CONTRATADO executa as etapas da obra/serviço e solicita medição à CAIXA;

14º passo: CAIXA (i) realiza a medição, (ii) desbloqueia os recursos da conta, (iii) paga os fornecedores/prestadores de serviços e (iiii) solicita ao MCIDADES nova descentralização, sob bloqueio, de parcelas;

15º passo: MCIDADES descentraliza parcela seguinte;

16º passo: Repete-se os passos do 13º ao 15º até a conclusão da obra;

17º passo: CONTRATADO envia prestação de contas final do contrato;

18º passo: CAIXA analisa e aprova a prestação de contas;

A Caixa Econômica Federal atuando como Mandatária da União, mais especificamente em relação ao Ministério das Cidades, tem a função atuar como prestadora de serviço de operacionalização dos Programas e Ações sob a gestão deste Ministério.

O Contrato de Prestação de Serviço assinado entre o Ministério e a Caixa Econômica Federal - CAIXA prevê em sua cláusula segunda (das obrigações das partes), item II (contratada), que cabe à CAIXA:

[...]

f) acompanhar e atestar, mediante vistoria técnicas periódicas, a execução do objeto do Contrato de Repasse, inclusive os derivados da aplicação da contrapartida, controlando os prazos de vigência contratual;

h) receber e analisar as Prestações de Contas decorrente dos Contratos de Repasse celebrados, com emissão de parecer conclusivo, que ateste a

execução do objeto pactuado, procedendo ao registro da sua aprovação ou não no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, cessando, a partir desse registro, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quanto à destinação e manutenção do objeto executado;

i) instaurar Tomada de Contas Especial – TCE, perante as entidades beneficiárias, nos casos de não cumprimento do objeto, parcial ou total, ou na hipótese de não apresentação, no prazo contratualmente estipulado, da documentação necessária à análise da Prestação de Contas Final, [...]

Da análise do disposto no contrato, fica claro que o controle das transferências voluntárias é realizado pela Caixa Econômica Federal, uma vez que cabe a ela acompanhar e atestar a execução do objeto do contrato, receber e analisar as Prestações de Contas e ainda instaurar possíveis Tomadas de Contas Especiais.

O Ministério, na busca de melhorar o acompanhamento dos Contratos de Repasse, ano após ano, vem melhorando os *Manuais de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades* definindo novos pontos de controle e prazos que devem ser seguidos pela Mandatária.

Não obstante, o Ministério instituiu Grupo de Trabalho por intermédio da Portaria nº 591/2008, publicado no Boletim de Pessoal e Serviço nº 23 – A – Edição Especial, de 03 de dezembro de 2008, com atribuição de acompanhar a execução das obrigações constantes do contrato com a CAIXA. Ou seja, o Ministério das Cidades, por intermédio deste Grupo de trabalho acompanha o desempenho da Caixa Econômica Federal no cumprimento de suas atribuições contratuais.

Ministério do Turismo

O aumento do quantitativo da força de trabalho possibilitou uma melhoria no desempenho institucional nas análises e acompanhamentos das prestações de contas. Outra ação importante foi qualificação no tema Convênios.

Relativamente aos Contratos de Repasse, os mecanismos de controle foram aprimorados ao longo de 2009,

como a continuação da parceria com a Caixa Econômica Federal na execução, que detém expertise em fiscalização, acompanhamento, liberação de recursos e prestação de contas, na produção de infraestrutura urbana.

A Caixa ainda tem um sistema de informação, o Sistema de Infraestrutura Turística – SIT, onde os técnicos do MTur acompanham a execução dos Contratos de Repasse; e a disponibilidade de equipe técnica treinada para inspeções em campo.

Ministério da Pesca e Aquicultura

No início do ano de 2007, com o objetivo de consolidar o seu papel institucional, a antiga SEAP/PR realizou a macroatividade de avaliação e de planejamento de alcance estratégico e operacional.

Nesta perspectiva, modelou-se a arquitetura do Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura – SINPESQ, que busca a padronização e sistematização de dados sobre a pesca e aquicultura, possibilitando assim a interoperabilidade entre os sistemas de informação, com uma infraestrutura de dados e informações sobre ordenamento, fomento, capacitação e pesquisa.

No início do ano de 2009, o Ministério da Pesca firmou convênio com o Instituto de Assessoria para o Desenvolvimento Humano – IADH, para execução do projeto de aperfeiçoamento organizacional e desenvolvimento de sistemas de informações em apoio ao Sistema de Monitoramento e Avaliação do MPA.

O objetivo mais abrangente do projeto é estabelecer cooperação técnica para contribuir com o fortalecimento institucional do Ministério da Pesca e Aquicultura, aperfeiçoando seus processos organizacionais e implementando os sistemas de informações, para o acompanhamento e avaliação do Plano Mais Pesca e Aquicultura, o qual abrange os diferentes programas e ações deste Ministério. Busca, entre outras questões, instrumentalizar a gestão estratégica do Ministério, por meio do desenvolvimento e implantação de um Sistema de Informações Gerenciais, e fortalecer os ciclos de gestão estratégica.

O Sistema de Informações de Gestão Estratégica do MPA tem como referenciais o Plano Mais Pesca e Aquicultura, com suas correspondências com o PPA, e a Abordagem Territorial adotados pelo Ministério.

O sistema contribuirá para o aperfeiçoamento do ciclo da gestão, tanto estratégico como operacional do Ministério, dando suporte às fases da gestão, permitindo visões físicas e financeiras com recortes espaciais (nacional, regional, territorial,

estadual e municipal, comunidades) e temporais (anuais, plurianuais e entre plurianuais).

O sistema permitirá o acompanhamento do progresso do alcance dos Indicadores dos Programas e Produtos/Resultados das Ações do Plano Mais Pesca e Aquicultura, com as suas devidas correspondências com o PPA, com uma multiplicidade de recortes espaciais e temporais. Visando a evitar duplicação de esforços e consistência dos dados, o sistema guarda integração com o SIGPlan e o SICONV.

No que se refere à supervisão dos convênios, para cada um é designado um servidor para acompanhamento da execução das metas físicas e financeiras previstas nos planos de trabalho.

A Secretaria-Executiva do Ministério da Pesca e Aquicultura determinou que cada uma das secretarias nacionais destine uma cota de passagens e diárias para a tarefa de supervisão dos convênios, conforme o número destas transferências em cada setor do Ministério.